



**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2019

**Amazônia:
Aspectos Singulares Para
O Desenvolvimento Regional**

Michele Lins Aracaty e Silva

Amazônia: Aspectos Singulares Para O Desenvolvimento Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S586a Silva, Michele Lins Aracaty e.
Amazônia [recurso eletrônico] : aspectos singulares para o desenvolvimento regional / Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-249-4
DOI 10.22533/at.ed.494191004

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Título.

CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com um misto de alegria e satisfação que apresentamos essa obra produzida com carinho e com o esforço de todos os participantes. O livro *Amazônia: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional*, disponibiliza no seu corpo a contribuição de professores, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos temas ligados ao Desenvolvimento Regional tendo a Amazônia como seu objeto de estudo.

Os dez artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de casos, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser professor, pesquisador e aluno.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional, ficamos abertos as sugestões e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2018.

“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente.
Quem sobrevive é o mais disposto à mudança”
Charles Darwin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DO MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS	
Marcela Fróes da Costa Mauro Maurício Barbosa Lucas Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4941910041	
CAPÍTULO 2	19
A FRUTICULTURA NO AMAZONAS: AS ESTRATÉGIAS DO ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Isadora Conceição Trindade Pires Izabel Cristina Costa de Souza Judilene Sarmiento Fernandes Manoel Carlos de Oliveira Júnior Willian Carneiro Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.4941910042	
CAPÍTULO 3	31
AMAZÔNIA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL INDUSTRIAL E CIDADES INTELIGENTES	
Michele Lins Aracaty e Silva Nerine Lúcia Alves de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.4941910043	
CAPÍTULO 4	45
MANEJO PARTICIPATIVO DO PIRARUCU COMO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NO AMAZONAS	
Fábio Rodrigues Felipe addor Núbia gonzaga Sidney lianza	
DOI 10.22533/at.ed.4941910044	
CAPÍTULO 5	61
O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	
Michele Lins Aracaty e Silva Taisa Vanessa de Sousa Colares Tiago Sampaio Brito	
DOI 10.22533/at.ed.4941910045	
CAPÍTULO 6	76
ELEMENTOS SOCIOTÉCNICOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE UM ENTREPOSTO AVÍCOLA	
Erasmus Moreira de Carvalho Juliano Crithian Silva Osmar Siena Saiane Barros de Souza Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910046	

CAPÍTULO 7	91
PRÁTICAS DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EM UMA RESERVA INDÍGENA NA AMAZÔNIA	
Flávio de São Pedro Filho	
Raul Afonso Pommer Barbosa	
Rwrsilany Silva	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
DOI 10.22533/at.ed.4941910047	
CAPÍTULO 8	108
SUSTENTABILIDADE DOS EXTRATIVISTAS AÇAIZEIROS E O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)	
Mariluce Paes de Souza	
Saiane Barros de Souza	
Thelma Jakliny Martins Arruda	
Theophilo Alves de Souza Filho	
Thiago José Sampaio Kaiser	
DOI 10.22533/at.ed.4941910048	
CAPÍTULO 9	124
DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: ESPECIFICIDADES DA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS – RMM	
Katia Viana Cavalcante	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Tassio Franchi	
DOI 10.22533/at.ed.4941910049	
CAPÍTULO 10	137
RETRATO DAS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES EM APP EM MANAUS: O CASO DO BAIRRO NOVA VITÓRIA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Rute Holanda Lopes	
Suelânia Cristina Gonzada de Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.49419100410	
SOBRE A ORGANIZADORA	148
SOBRE OS AUTORES	149

SUSTENTABILIDADE DOS EXTRATIVISTAS AÇAIZEIROS E O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)

Mariluce Paes de Souza
Saiane Barros de Souza
Theлма Jakliny Martins Arruda
Theophilo Alves de Souza Filho
Thiago José Sampaio Kaiser

RESUMO: Este estudo contempla o reconhecimento das práticas sustentáveis vivenciadas pelos extrativistas açazeiros, bem como a importância dos *stakeholders* em face do progresso ensejado no ciclo produtivo para o desenvolvimento local. O objetivo é analisar o processo de sustentabilidade dos extrativistas açazeiros para o no Município de Guajará-Mirim (RO). Adota-se o método exploratório, natureza qualitativa, como procedimentos, levantamento bibliográfico, coleta de dados com entrevistas em profundidade envolvendo os *stakeholders*, confronto das informações para identificar a atuação no desenvolvimento sustentável, assim como os níveis de influência destes na cadeia produtiva do açai. O resultado reproduz a prática virtuosa que revela o estilo de vida dos extrativistas, no qual remete uma harmonia entre o homem e a natureza, extraindo-se o suficiente para sobreviver. No entanto, existem entraves que repercutem na condição estacionária do individual frente à sociedade,

tais como: baixa ou inexistente escolaridade; trabalho individualista; a atividade não gera impostos, reduzindo a atenção dos governantes; e o principal, a ausência de uma liderança que possua conhecimento para buscar os direitos e deveres da associação. Por fim, a partir dos problemas detectados, apresenta-se sugestões de ações de integração dos açazeiros que impactam no desenvolvimento sustentável de Guajará-Mirim.

PALAVRAS-CHAVE: Extrativista Açazeiro. Sustentabilidade. *Stakeholders*. Desenvolvimento Regional.

INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido pela biodiversidade incomum, em especial, sua riqueza é revelada na Amazônia Ocidental Brasileira, utilizada por muitas populações como meio de subsistência, que são incorporados pelos trabalhos tradicionais, como a exemplo, as atividades extrativistas. Entre os diversos tipos extrativistas, tem-se como objeto de estudo o profissional extrativista açazeiro, que motiva o aprofundamento dos conhecimentos das experiências vividas que corroboram com os valores, condutas e costumes advindos da

convivência no trabalho, possibilitando avaliar o entorno da relação que impõe os *stakeholders* e o desenvolvimento sustentável local, promovidos ao longo da cadeia produtiva.

Dentro desse contexto organizacional, ocorrem os relacionamentos humanos para que a estrutura funcione, por meio de *Stakeholders*; estes estão alinhados ao grau de importância, conforme a proximidade na cadeia produtiva. Segundo Pesque e Damak-Ayadi (2005) a teoria dos *Stakeholders* preconiza um modelo relacional, no qual interliga os indivíduos, grupos, comunidades, empresas, instituições e o Estado. Abramovay (2003) acrescenta que o fenômeno da proximidade social representa vantagens competitivas, uma vez que agrega as atribuições naturais setoriais com a coordenação entre os atores, capaz de valorizar o conjunto do ambiente em conversão ao desenvolvimento regional.

Com base nas considerações precedentes, busca-se analisar o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre os extrativistas açazeiros e os *stakeholders* no processo de sustentabilidade na cadeia produtiva do açai? Posto isso, a presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar o processo de sustentabilidade dos extrativistas açazeiros para o no Município de Guajará-Mirim (RO). Para isso, a pesquisa foi dividida em duas etapas: caracterizar as práticas sustentáveis da atividade extrativista (1); analisar os fatores intervenientes dos extrativistas açazeiros em face do desenvolvimento sustentável local (2).

O encadeamento da pesquisa requereu tratamento metodológico de natureza qualitativa, de cunho exploratório, com procedimento de coleta com o uso de entrevista de profundidade com os principais atores sociais da cadeia produtiva do açai, confrontando as fontes de informações, com o intuito de compreender e avaliar os fenômenos vivenciados em face do contexto sustentável emergente amazônico. Os resultados quanto à sustentabilidade apresentaram comportamento favorável nas práticas de trabalho dos extrativistas açazeiros, todavia os *stakeholders* que direta ou indiretamente fazem parte da estrutura da cadeia produtiva, apresentam procedimentos inadequados na intermediação sustentável.

REVISÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

A base deste estudo, tem aporte na Teoria dos *Stakeholders* e os conceitos de sustentabilidade baseada nos princípios econômico, ambiental, institucional e social, de forma a conduzir a interpretação do cenário ora investigado que interagem no desenvolvimento regional.

O PAPEL DOS *STAKEHOLDERS*

O desempenho de uma organização, segundo Clarkson (1995), orientada por seus objetivos é melhor construída quando se emprega a perspectiva dos *stakeholders*.

O autor considera que *stakeholders* são pessoas ou grupos que têm ou reivindicam propriedade, direito ou interesse por uma corporação e por suas atividades passadas, presentes e futuras.

Freeman e Reed (1983) estipulam que *stakeholders* são “qualquer grupo ou indivíduo, identificável, que possa afetar a consecução dos objetivos de uma organização ou que é afetado pela consecução dos objetivos de uma organização”. Para Stoner e Freeman (1985, p.47) os *stakeholders* dividem-se em duas categorias: os internos que podem ser formados por investidores, acionistas, proprietários, membros de conselhos de administração e empregados; e os externos, formados por outros grupos, tais como: comunidade, concorrentes, sindicatos, fornecedores, clientes, governo e outros interessados.

Mitchell, Agle e Wood (1997), mostram que os *stakeholders* nem sempre exercem o mesmo nível de influência dentro da organização. E para tal, classificam os *stakeholders* de acordo com três atributos: o poder, a legitimidade e a urgência, e argumentam que as várias combinações desses atributos são indicadores da quantidade de atenção que o gestor precisa dar a um *stakeholder*. O poder está relacionado a forma como indivíduos ou grupos são capazes de persuadir outros grupos ou indivíduos para alcançar seus objetivos. A legitimidade é a relação entre indivíduos e organização, baseadas nas crenças, normas, valores e definições ora acordadas. A urgência está relacionada a exigência de atenção imediata por parte dos *stakeholders*.

SUSTENTABILIDADE

Um discurso memorável que permeia o conceito de desenvolvimento sustentável é apresentado no relatório Nosso futuro Comum (CMMAD, 1991) “o atendimento das necessidades do presente sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras terem as suas também satisfeitas”.

O Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) (2003), conceitua as muitas dimensões de sustentabilidade distinguindo os aspectos ambientais, econômicos, sociais e institucionais dos sistemas sustentáveis. A sustentabilidade ambiental é alcançada quando a produtividade dos recursos naturais que sustentam a vida é preservada ou ampliada para uso das gerações futuras. A sustentabilidade econômica, no caso das populações carentes, é alcançada se um nível básico de bem-estar econômico for atingido ou mantido. A sustentabilidade social é alcançada quando a exclusão social é minimizada e a igualdade social maximizada. A sustentabilidade institucional é alcançada quando as estruturas e os processos preponderantes têm condições de continuar a desempenhar suas funções a longo prazo.

Estudos de Rabelo e Lima (2007) apresentaram um conjunto de escopos e indicadores geralmente adotados para a formação de um índice de sustentabilidade de um projeto, de uma comunidade ou de uma atividade econômica, conforme Figura

1.

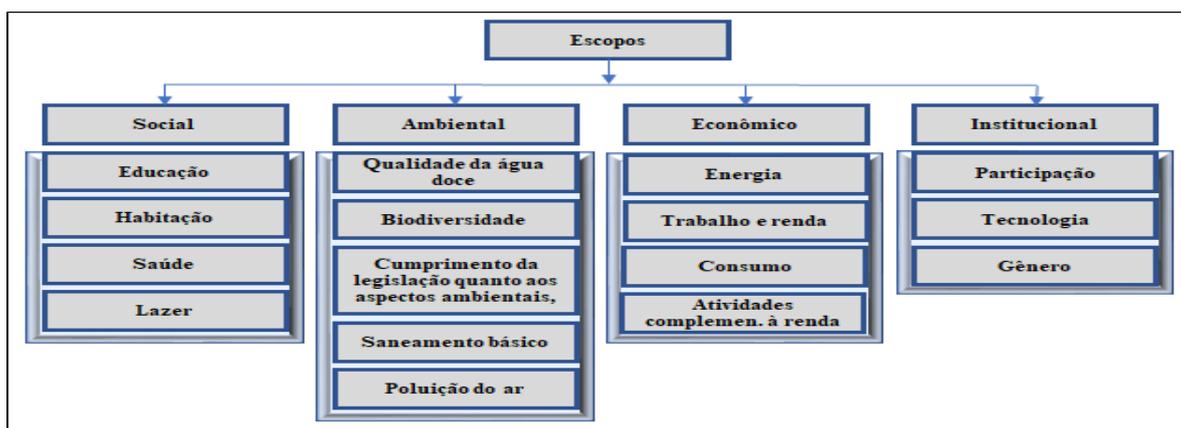


Figura 1: Escopo e Indicadores Sugeridos de Modo Geral

Fonte: Rabelo e Lima (2007, p. 66).

Na concepção de Boff (2015), a sustentabilidade traz consigo o propósito de ação, que se refere ao equilíbrio da adoção de novas práticas cotidianas que transformem a maneira de viver do indivíduo e a compreensão sobre a capacidade de regeneração, reprodução e coevolução do funcionamento da natureza. Essas medidas serão capazes de apresentar soluções para os problemas de desigualdade, consumo excessivo, o desequilíbrio causado pelo uso de fontes de energias fósseis para a sobrevivência da humanidade.

Para que se obtenha a sustentabilidade, segundo Cavalcanti (2012) o Desenvolvimento Sustentável deve ser visto como um processo socioeconômico no qual o uso de matéria e energia e os impactos ambientais sejam minimizados, o bem-estar social seja maximizado, e o uso dos recursos naturais vise à máxima eficiência conforme a capacidade de reconstrução do meio ambiente, ou seja, fugindo do esbanjamento.

METODOLOGIA

A abordagem de pesquisa utilizada de caráter qualitativo, de modo a identificar os significados para os extrativistas açazeiros e os *stakeholders* em relação ao desenvolvimento sustentável local e como a partir disso poderão resultar em benefícios próprios e coletivos. Apoiado no tipo de pesquisa adotado é exploratório, que segundo Saunders (2012) consiste em um meio de aplicação de perguntas abertas com intuito de descobrir o que está acontecendo e obter informações sobre um tema específico, isso permite a flexibilidade e adaptabilidade às mudanças decorridas à medida que a pesquisa progride. Primeiro buscou-se identificar como ocorre as práticas sustentáveis para posteriormente moldar a estrutura teórica.

O *locus* investigativo foi o município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia.

Conforme dados IBGE (2017), população desta localidade possui estimativa de 47.451 habitantes, unidade territorial 24.855,724 km², é o segundo maior município em extensão territorial de Rondônia, sendo 92% corresponde a Área de Preservação Permanente (APP). O objeto de estudo sobre essa região, no que tange a contextualização do extrativismo do açaí, apresenta vasta e rica vegetação natural existente, tornando-se para a grande maioria uma fonte de subsistência, principalmente para os nordestinos seringueiros, que hoje estão na segunda geração dos conhecidos filhos dos “Soldados da Borracha”, que ali se instalaram devido ao término do ciclo da borracha, que no passado foi pujante para o povoamento e desenvolvimento do município, juntamente com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

PROCEDIMENTOS

Os procedimentos norteadores do estudo, na fase da coleta de dados, contemplaram a aplicação de entrevistas em profundidade com os *stakeholders* da cadeia produtiva classificados como: coletores; beneficiadores; e, vendedores de açaí, bem como depoimentos de consumidores, integrantes da associação de açazeiros, representantes de órgãos públicos. Dentre os relatos colhidos destacou-se os *indivíduos*: Vice-Líder da Associação dos Açazeiros e Técnico Agrícola do órgão público estadual Secretaria de Agricultura - SEAGRI, responsável pelo desenvolvimento da pesquisa de levantamento das áreas particulares e pública de produção do açaí no Município de Guajará-Mirim a pedido do Governo do Estado. As entrevistas foram registradas em gravador de áudio, no local de convivência, estes foram selecionados de modo intencional, conforme indicação e percepção do conhecimento dos atores sociais envolvidos, diante do problema investigado, que possibilitaram a compreensão do fenômeno em análise.

Tais relatos possibilitaram o conhecimento das experiências vividas pelos açazeiros, e a influência dos *stakeholders* no entorno do ciclo produtivo. Isso remeteu a análise da dimensão retórica, em uma espécie de solução prática para avaliar os aspectos da sustentabilidade, sob os âmbitos econômico, ambiental, institucional e social.

Para a análise de dados foram realizadas a codificação e o confronto das fontes de informações, examinando as evidências convergentes relatadas pelos *stakeholders*, por meio de frequência de termos baseado na linguagem real, permitindo a interpretação e extração de significados com a verificação cruzada dos códigos com base na sustentabilidade e a identificação do nível de proximidade dos *stakeholders* na cadeia produtiva do açaí.

ATIVIDADE EXTRATIVISTA AÇAIZEIRA E AS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO

MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM

Sobre o reconhecimento das áreas de extração do fruto do açaí pelos extrativistas, foi designado ao Técnico em Agropecuária da Secretaria de Agricultura (SEAGRI), unidade de Guajará-Mirim a realização do trabalho de mapeamento das unidades produtivas da região a pedido do Governo do Estado de Rondônia. Como resultado identificou que a extensão de coleta dos frutos do açaizeiro nativos está distribuída em áreas de várzea, ribeirinhas de solo úmido e de terra firme, onde não possui água, entre os distritos circunvizinhos de Surpresa e Láta, além das Reservas Federais Extrativistas (RESEX), Reservas Federais Biológicas (REBIO). Porém, a exploração do açaí é realizada principalmente em áreas particulares próximas ao município, concedidos pelos fazendeiros, tendo em vista a proximidade onde moram os extratores, posteriormente quando esgotam essas áreas, se direcionam para reservas indígenas, que cobram pela retirada seja por saca ou valor fixo.

A atividade da cadeia produtiva do açaí contempla as seguintes fases: primeiro ocorre a coleta dos frutos na floresta, em seguida é realizado o beneficiamento na forma tradicional ou semi-industrial nas residências de quem possui o maquinário, depois dispõem em embalagens (sacos plásticos de um quilo, vedado por um nó), e entrega para os vendedores ambulantes realizarem a comercialização na localidade ou em pontos de venda.

CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES INTERVENIENTES DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DA ATIVIDADE EXTRATIVISTA

Este subtópico abordará o estudo sobre as dimensões econômica, ambiental, institucional e social inerentes às atividades diárias dos extrativistas açaizeiros. Esses profissionais desconhecem a terminologia sustentabilidade, assim a tomada dos depoimentos dos *stakeholders*, conduziram a compreensão sob cada âmbito, que se apresenta empiricamente arraigado nos valores culturais presentes.

DIMENSÃO ECONÔMICA

A partir dos relatos dos entrevistados depreende-se que o modelo econômico vivenciado pelos extrativistas açaizeiros de Guajará-Mirim é constituído pelo caráter de subsistência, uma vez que as famílias exploram os produtos florestais de maneira autônoma e direta, com funções diversificadas, a exemplo, extrativista, pecunheiro, debulhador, freteiro, atravessador, beneficiador e vendedor, sendo que uns praticam mais de uma modalidade, dentro do processo produtivo. Segundo os extrativistas entrevistados o açaí é considerado uma rica fonte de renda, colhidos na época da safra nativa. No entanto, no período de entressafra de colheita (novembro à janeiro), sofrem restrições de renda e são obrigados a buscar alternativa financeira, com outro

extrativismo vegetal, a exemplo dos frutos do buriti e patauá; os vendedores fazem uso da venda de picolés. A comercialização destina-se ao atendimento da população local e do país vizinho, a Bolívia. Os relatos corroboram com o que preconiza DFID (2003) e escopo econômico discutido por Rabelo e Lima (2007), sobre a perspectiva econômica do alcance do nível básico de bem-estar econômico das populações carentes e a aplicação da atividade complementar a renda.

Quanto a dimensão econômica, os *stakeholders* entrevistados dizem que existem cinco fatores críticos que impedem o desenvolvimento profissional e local: (1) consideram o fato da atividade ser autônoma e não regulamentada junto aos órgãos competentes, o que conseqüentemente não gera impostos e não eleva a contribuição para o município; (2) a ausência de procedimentos de controle financeiro sobre as receitas e despesas da produção e comercialização do alimento, o que impossibilita saber se o produto representa lucro ou prejuízo. Fato que pode ser demonstrado pela manifestação de um extrativista açazeiro, o qual informa que seu controle é realizado pelo pagamento do dízimo à igreja que congrega; (3) diz respeito aos resíduos da produção que são jogados no lixo (caroço e cacho), devido à falta de uma cooperativa que faça a reutilização para adubo orgânico, potencial uso bioenergético, carvão vegetal, biojóias, dentre outros, o que representaria um aumento na renda familiar; (4) informam que não realizam pagamento da contribuição previdenciária ou das mensalidades para Associação dos Açazeiros para futura obtenção de aposentadoria, a consequência é revelada quando alcança o estágio máximo de desgaste físico sob o exercício da função, e assim com certa idade não conseguem mais trabalhar e passam por dificuldades; (5) consiste em desejos, assim como o sonho da maioria dos brasileiros, o que eles esperam do trabalho é a aquisição de uma casa de alvenaria e um veículo para transportar a família.

Baseado no conhecimento das causas interferentes da ascensão dos extrativistas, o técnico agrícola da SEAGRI, apresenta uma proposta para melhoria da vida econômica desses atores sociais, considerado um sonho audacioso a construção de um “Barco Açai”, no qual existiria uma estrutura com câmara frigorífica ou freezer para recolher a produção em áreas ribeirinhas com utilização de equipamento de comunicação via rádio. Dessa forma, diminuiria os problemas com perda de prazo de validade e processamento dos frutos, podendo também ser explorado a comercialização do produto no próprio barco e utilização da embarcação para fins de turismo regional, na época de entressafra.

A Figura 2 representa os trabalhos relacionados às atividades econômicas diárias dos extrativistas e os elementos tracejados indicam o que impede o crescimento.

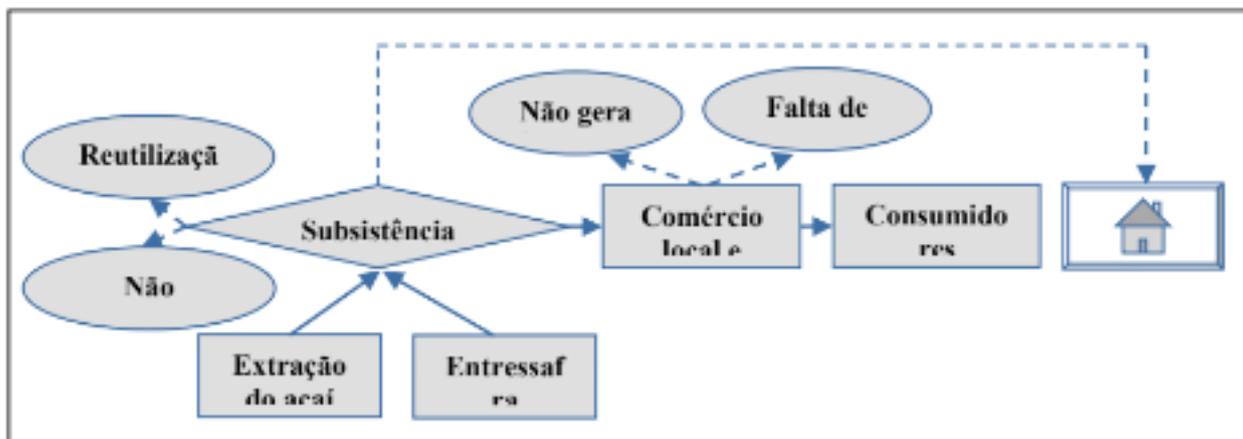


Figura 2: Diagrama Sequencial das Atividades Econômicas dos Extrativistas Açaizeiros

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 2, apresenta o fluxo das atividades e significados econômicos pertencentes ao grupo de estudo investigado, alinhados às dependências diretas ao processo de subsistência dos extrativistas açaizeiros, bem como as atividades de apoio financeiro que auxiliam na melhoria da qualidade de vida desses profissionais e o aporte junto ao crescimento local.

Considerando as respostas dos entrevistados as práticas executadas e vivenciadas no cotidiano dos extrativistas açaizeiros são consideradas de uma vida simples e humilde, onde retiram da natureza o suficiente para sua sobrevivência, o que descaracteriza o mundo globalizado, imposto pelo capitalismo, onde a valorização é do “ter” e não do “ser”. Esse processo socioeconômico condiz com a proposta de Boff (2015) e Cavalcanti (2012) que as pessoas devem transformar sua maneira de viver, evitando o esbanjamento.

DIMENSÃO AMBIENTAL

O aspecto ambiental do contexto de exploração extrativista do açaí ocorre apenas no período de safra, meses de fevereiro a outubro, isso confere uma relevância significativa em respeito ao ciclo produtivo da natureza. Nesse contato direto com o meio ambiente, traz consigo também o agravante dos riscos enfrentados diariamente pela profissão, em face da necessidade de adentrar as matas para colher o fruto e aliados com a possível presença de animais peçonhentos, quedas e doenças, isso desvela receios e cuidados a serem tomados. Dessa forma, pode-se inferir que esses sujeitos fazem uso de suas experiências, ou pelo menos reconhecem o saber empírico e o conhecimento dos perigos que assolam esse habitat.

Na percepção dos extrativistas açaizeiros entrevistados, sobre o olhar da perspectiva histórica e os aspectos das mudanças no decorrer, afirmam que diversas as modificações ambientais foram realizadas pelo homem. Esses impactos são

visualizados principalmente nas áreas particulares, onde ocorre desmatamentos e queimadas para implantação da agropecuária, ocasionando o aumento na distância para colher o açaí nativo, conseqüentemente forçando a alteração na estrutura na vida dos trabalhadores, suas atividades e o desequilíbrio ambiental.

Um ponto positivo decorrente do processo de conscientização dos açazeiros em face do meio ambiente, refere-se a ausência de derrubada das palmeiras de açaí, com o objetivo de coletar o palmito para fins econômicos, considerando que esse plantio é de origem nativa e valendo-se do conhecimento que essa prática ocasionará que não haverá mais fruto para colher, já que não realizam o plantio e sabem sobre a questão da capacidade de regeneração dessa espécie demanda anos para frutificar. As descrições dos fatos pelos entrevistados norteiam a concepção que a sustentabilidade ambiental de DFID (2003) é alcançada quando a produtividade dos recursos naturais que sustentam a vida é preservada ou ampliada para uso das gerações futuras. A Figura 3 apresenta os aspectos ambientais confluentes às atividades dos açazeiros.

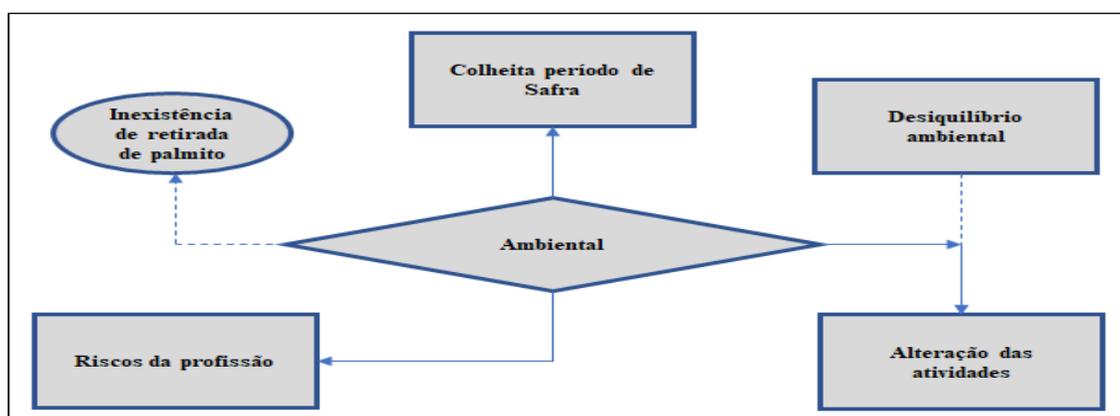


Figura 3: Diagrama dos Aspectos Ambientais Confluentes

Fonte: Dados da pesquisa.

A interface proposta na Figura 7, destaca o conhecimento das práticas ambientais decorrentes do desempenho da função e o principal a conscientização desses profissionais em relação ao meio ambiente. Esse contexto tem sofrido alterações, até mesmo de cunho não renováveis, porém, como visto, os praticantes da extração não são os responsáveis por tal ocorrência, apenas sentem a impotência diante de tais situações, considerando que não possuem propriedades rurais, apenas usufruem dessas áreas onde ainda possui açaí para sua subsistência. Como se pode avaliar, essas conseqüências desastrosas, prescritas por Boff (2015), os indivíduos têm que aprender a viver e compreender o modelo de regeneração, reprodução e co-evolução do funcionamento da natureza.

DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Sobre a perspectiva institucional, refere-se às contribuições dos governantes têm proporcionado a esse grupo. Destacam que primeiramente, em 2003 foi doado um terreno pela Prefeitura Municipal, para construção da sede da Associação dos Açaizeiros e agroindústria para beneficiamento, porém por falta de elaboração e execução de projeto, perderam a posse. Atribuem isso ao fato de não possuírem uma liderança que detenha de conhecimentos necessários para dar prosseguimento aos processos burocráticos junto aos órgãos competentes. Dizem, ainda, que já tiveram diversas tentativas frustradas de cooperativismo que fracassaram, devido falta de organização, união e liderança capaz de avançar, mas reconhecem que isto ocorre por que as pessoas envolvidas são desprovidas de escolaridade e articulação com terceiros. Segundo relatos a associação já sofreu, muitas promessas governamentais, principalmente em período eleitoral, que se tornou práxis apenas para angariar votos, aproveitando-se da situação.

Os relatos mostraram sequelas físicas, decorrentes de acidentes de trabalho, risco inerente da profissão, estes dependem de assistência médica pública de péssima qualidade, devido a impossibilidade financeira de pagamento em hospitais particulares, muitas vezes ficam a mercê de amigos.

Tendo em vista, a região ser fronteira, a qual abarca os principais órgãos fiscalizadores ambientais do Estado, as providências esperadas não ocorrem, quando se dão conta dos impactos do desequilíbrio ambiental é tardio, ocasionado por desmatamentos, queimadas voluntárias em seu entorno, retirando o sustento de diversas famílias que sobrevivem do extrativismo.

Uma preocupação urgente desse contexto implica na falta de certificação e fiscalização das beneficiadoras do açaí, que utilizam o espaço físico em fundo de quintais das residências, direcionando a problemática da ausência das boas práticas de produção, procedências de fabricação, ocasionando possíveis problemas de saúde que podem transparecer diretamente nos consumidores finais, O aspecto institucional participa do entorno da cadeia produtiva, como indicativo de DFID (2003) a sustentabilidade institucional é alcançada quando as estruturas e os processos preponderantes têm condições de continuar a desempenhar suas funções a longo prazo.

A Figura 4, representa a sequência de fatos que interferem no desenvolvimento provocados pelos organismos públicos.

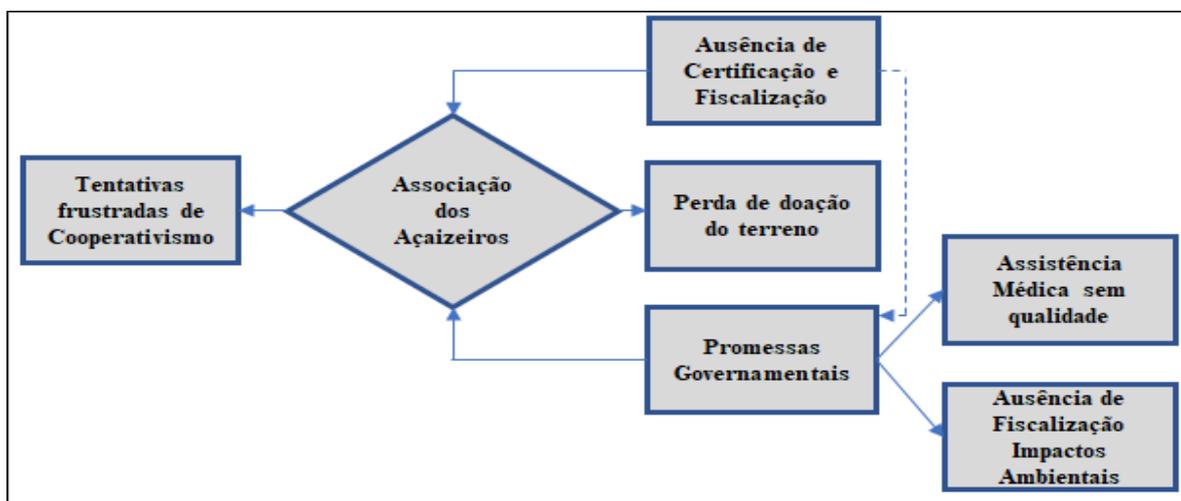


Figura 4: Diagrama dos Fatos que Impedem a Sustentabilidade Institucional

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 4 apresenta o mapeamento dos fatores que implicam nas dificuldades da Associação dos Açaizeiros em prosperar, observa-se basicamente premissas negativas do apoio prestado a esses atores sociais, encontram-se desiludidos com expectativas de mudanças nesse cenário. Tais fatos, afligem no distanciamento de políticas públicas, que impedem o alcance da sustentabilidade institucional.

As problemáticas apresentadas requerem a efetivação de uma liderança capaz de promover a diferença, cobrar direitos, regularização de pendências e promover a massificação do envolvimento dos trabalhadores de forma estruturada, para o alcance do êxito coletivo. Essa cobrança é favorável com o pensamento de Boff (2015) pois retrata que a sustentabilidade é pautada com propósito de ação, adoção de novas práticas cotidianas que transformem a maneira de viver do indivíduo, onde essas medidas serão capazes de apresentar soluções para os problemas de desigualdade. E Cavalcanti (2012) complementa enfatizando que esta promove o bem-estar social maximizado.

DIMENSÃO SOCIAL

Essa municipalidade possui como característica peculiar o processo de miscigenação entre índios, negros, bolivianos e nordestinos, esse tecido social implica em dificuldades para desenvolver atividades conjuntas, devido a mistura cultural de conduta, valores e comportamentos. Segundo os *stakeholders* entrevistados, o extrativismo do açaí é desenvolvido por famílias, onde estas já exercem uma relação que facilita a introdução nesse ramo, em sua maioria é repassada de pai para filho, onde os sucessores aprendem e continuam desenvolvendo as atividades da família, esse modelo tradicional resulta em acomodação e falta de perspectiva de crescimento por parte dos integrantes. Um aspecto relevante é o fato dos filhos da segunda geração dos Soldados da Borracha, cada dia demonstrar menos interesse em dar

continuidade a profissão, e controversamente, não buscam completar a escolaridade mínima, em muitos casos casam-se cedo, as mulheres engravidam, interrompendo e bloqueando sua vida, assim remete a preocupação sobre a extinção dessa tarefa.

Esse contexto familiar, corrobora sob o império do individualismo, resistência ao compartilhamento e ajuda mútua. Embora exista uma associação, que abriga cerca de 65 associados, em torno de 500 pessoas beneficiadas direta e indiretamente, não significa que é para o benefício de todos, mas marcado por interesse próprio, considerando que não ocorre o pagamento assíduo das mensalidades para sustentação da entidade. Mesmo ponderando todas as diferenças, admitem que a desunião do grupo, faz com que percam muitos benefícios. A liderança diz estar desanimada, por não haver colaboração do grupo, ao mesmo tempo em que apresentam com orgulho a relação de representatividade máxima que o açaí reproduz em suas vidas, pois é desse fruto que tiraram o sustento para suas famílias. O processo de colheita como abordado anteriormente nas propriedades particulares, ocorre na forma de camaradagem por parte dos fazendeiros, que não cobram pela coleta dos frutos em suas propriedades, para ajudar essas famílias.

Devido à falta de treinamento dos beneficiadores, o processo de produção do açaí não é homogêneo, pois envolve formas distintas de processamento, indicador esse que interfere na qualidade e a diversidade de sabores, tais medidas são delimitadas principalmente na seleção do ponto do fruto e fabricação. Em época de baixa temporada, ocorre a retirada do fruto antes do estágio de maturação, em virtude da necessidade econômica não estão preocupados com a qualidade que o cliente espera, o que prejudica o sabor do produto. Esse produto é altamente perecível, caso não haja o processamento imediato, e a verificação adequada da temperatura ocorre de azedar e comprometer a qualidade do produto, e acaba por ser vendido assim mesmo.

As declarações dos respondentes coadunam com os preceitos de DFID (2003) e o escopo social de Rabelo e Lima (2007), remetem a sustentabilidade social quando a exclusão social é minimizada e a igualdade social maximizada, por meio da educação. A Figura 5 apresenta as divergências do complexo cognitivo individual para o processo de interação com o grupo associativo.

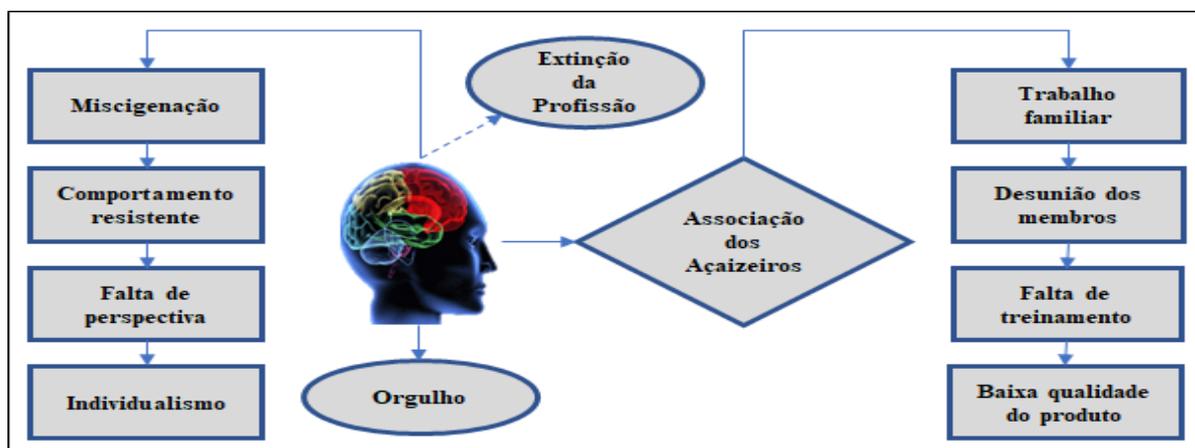


Figura 5: Diagrama Referencial da Capacidade Individual à Associação.

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 5 demonstra as características distintas do individualismo e a coletividade, que reflete sobre a capacidade social de integração. O composto que contribui para essa população viver da forma apresentada, atribui-se ao fato do baixo ou inexistente grau de instrução e escolaridade. Ademais, os aspectos cognitivos inertes impedem a evolução individual e em grupo, para transformar esse cenário de evolução da atividade. O desenvolvimento sustentável social dessa população se caracteriza por ser estacionário, contradizendo a medida de adequação requerida na contribuição bibliográfica de Boff (2015) o processo sustentável advém do propósito acionário, evidencia o confronto executado de forma estática pelos *stakeholders* e os extrativistas açazeiros, que seriam capazes de solucionar os problemas de desigualdade. E com as recomendações de Cavalcanti (2012) o que vem sendo executado não condiz com o bem-estar social maximizado.

SUSTENTABILIDADE DOS EXTRATIVISTAS AÇAIZEIROS EM FACE DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM (RO)

No decorrer do presente estudo, apresenta-se as dimensões da sustentabilidade, o que possibilita a visualização individualizada de como o grupo de açazeiros trabalha, assim desconhecem como trabalhar em união para buscar alternativas para intervir diante dos problemas, conforme concebido na Figura 5. Neste caso, percebe-se a necessidade de intervenções públicas, principalmente aquelas voltadas para a construção de um modelo “cooperativo” (cooperação e competição), o qual valoriza o produto regional e integra os açazeiros e favoreça o desenvolvimento do Município de Guajará-Mirim. Isso implica em mudança significativa da realidade pautada apenas com fins de subsistência, mas na capacidade de obter vantagens competitivas reais dos mercados de produtos agroextrativistas para o cenário local.

Problema detectado	Integração do Açaizeiro	Desenvolvimento do Município de Guajará-Mirim
Baixa escolaridade	Incentivar a continuidade dos estudos.	Social (Desenvolvimento pessoal e profissional)
Falta de controle de despesas	Ofertar cursos profissionalizantes e de finanças básicas promovido pelo SEBRAE.	Social (Profissionalização)
Competitividade	Promover concurso para o melhor açaí do Estado.	Social (Estímulo produtivo)
Extinção da profissão	Promover incentivos aos filhos dos açaizeiros para permanência no extrativismo, por meio de políticas públicas.	Social e Institucional (Benefícios para sociedade)
Criação da agroindústria	Transformar matéria prima para industrialização de produto agrícola.	Econômico e Social (Geração de empregos)
Não gera impostos	Aproveitar o incentivo fiscal federal da SUFRAMA, de isenção de IPI denominado Zona Franca Verde, para criação de agroindústria.	Econômico (Oportunidade fiscal)
Criar marca para o açaí	Aplicar estratégias de marketing, para criar identidade de referência do Açaí de Guajará-Mirim para o Estado.	Econômico (Promoção do Estado)
Cooperativismo	Selecionar pessoas com perfil de liderança e realizar capacitação para composição dos membros da Cooperativa.	Social e Econômico (Geração de emprego e renda)
Qualidade	Treinamento de boas práticas de fabricação e certificação do estabelecimento.	Social (Sociedade)
Reutilização de resíduos	Curso de aproveitamento de resíduos que vão para os lixões e alternativa de renda.	Social e Econômico (Solução problema lixo)

Quadro 1: Sugestões de Integração do Açaizeiro ao Progresso do Município de Guajará-Mirim.

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 1 demonstra os principais problemas detectados para a integração dos açaizeiros, bem como a proposta de solução para cada item, pautado no progresso que irá proporcionar um constructo sustentável para Guajará-Mirim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classe profissional do extrativista açaizeiro, contempla parte de uma população esquecida na municipalidade de Guajará-Mirim e para o Governo do Estado. Esse povo tradicional carrega no rosto linhas de expressão sofridas da vida neste ramo de atividade, mas dentro de si, a paixão pelo o que fazem. O resultado responde à pergunta de pesquisa, quando reproduz conhecimentos vivenciados pelos extrativistas açaizeiros em face da sustentabilidade, mesmo sem saber o real sentido das palavras

desenvolvimento sustentável, a prática virtuosa se revela no modo de viver, que advém do trabalho diário, onde remetem harmonia entre o homem e a natureza, que garantem sua subsistência e lidam com perigos naturais, para levar à mesa dos consumidores assíduos, este produto tão nutritivo e saboroso.

Em meio a esse caminho, existem barreiras intervenientes que clamam por mudanças e necessitam do apoio governamental para o atendimento dessas minorias tradicionais, que vivem um modelo conservacionista na ponta da cadeia produtiva. Esse fato, chama a atenção com a possibilidade da extinção da profissão, caso não sejam realizadas políticas públicas que incentivem a permanência no seu habitat natural. Enfim, o delineamento tratado neste estudo, a partir dos resultados alcançados podem servir de apoio os gestores açazeiros em comunhão com ordenamento público, e juntamente com a integração efetiva dos *stakeholders* identificados poderão apoiar essa causa, bem como a sua institucionalização e conseqüentemente o desenvolvimento do Município de Guajará-Mirim.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica**. Estudos Avançados, v. 26, n. 74, p. 35-50, 2012.

CMMAD, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CLARKSON, Max B.E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **Academy of Management Review, Mississippi State** v.20, p.92-117, jan.1995.

FREEMAN, R. Edward; REED, David L. Stockholders and *stakeholders*: A new perspective on corporate governance. **California management review**, v. 25, n. 3, p. 88-92, Spring 1983.

IBGE, população Guajará-Mirim. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/guajara-mirim/panorama>>. Acesso em 14 de dezembro de 2018.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of Who and What Really Counts. **In The Academy of management review**; p. 853; 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. **Sustentabilidade dos assentamentos no município de Caucaia-CE**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.43 no.2 Brasília Apr./June 2003. Revista de Economia e Sociologia Rural.

PESQUEUX, Yvon; DAMAK-AYADI, Salma. **Stakeholder Theory in Perspective. Corporate Governance**. Bradford, v.5, n.2, p.5-22, 2005.

RABELO, L. S.; LIMA, P. V. P. S. **Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade de mensuração do desenvolvimento sustentável**. Revista Eletrônica do Prodema, Fortaleza, v. 1, n.1, p. 55-76, dez.

2007.

SAUNDERS, Mark.; LEWIS, Philip.; THORNHILL, Adrian. *Research Methods for Business Students*. 6 ed. Essex, England: Pearson, 2012. Disponível em: <<http://www.abcdebook.com/product/research-methods-for-business-students-6th-edition/>>

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R.E. **Administração Estratégica**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil (PHB), 1985.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

SOBRE OS AUTORES

ERASMO MOREIRA DE CARVALHO - Doutor em Administração (UFRGS). Mestre em Controladoria e Contabilidade (USP). Contador (UNIR). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/8502022700637033>.

FÁBIO RODRIGUES - Mestre em Políticas de Gestão Ambiental (UFAM). Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UNESP /Araraquara/ SP). Docente no Curso de Tecnologia em Gestão Comercial (UEA). fbio1961@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8295291098017496>.

FELIPE ADDOR - Doutor em planejamento urbano e Regional (UFRJ). Mestre em Engenharia de Produção. Graduação em Engenharia de Produção. Docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). <http://lattes.cnpq.br/4471650676535041>.

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO - Doutor em Administração (USP). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administrador (UFBA). Docente do Departamento de administração da UFRO. <http://lattes.cnpq.br/9627466972854043>.

ISADORA CONCEIÇÃO TRINDADE PIRES - Pós-graduanda em Gestão Pública (UEA/ESO). Bacharela em Administração (UFAM). isatrindadp@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0237657926027288>.

IZABEL CRISTINA COSTA DE SOUZA - Acadêmica do Curso de Administração (UFAM) Analista de Planejamento e Controle da Produção na Inventus Power. <http://lattes.cnpq.br/17370a38593890832>.

JUDILENE SARMENTO FERNANDES - Pós-graduada em Gestão de Controladoria e Auditoria. Bacharela em Administração (UFAM). Atua no Conselho Regional de Odontologia do Amazonas. <http://lattes.cnpq.br/3074918627674084>.

JULIANO CRISTHIAN SILVA – Mestre em Educação (UNIR). Especialista em Gestão Pública pelo (IFPR). Administrador (União das Escolas Superiores de Cacoal/RO). Docente do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/3496211980778375>.

KÁTIA VIANA CAVALCANTE - Doutora em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Docente do CCA (UFAM). <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

MANOEL CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR - Doutor em Gestão da Biotecnologia (UFAM). Mestre em Engenharia de Produção (UFAM). Administrador (UFAM). Docente do Departamento de Administração (UFAM). manjr26@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/2715253110435470>.

br/0403290330724360.

MARCELA FRÓES DA COSTA - Especialista em Marketing; Administradora (LITERATUS). Tutora externo (UNIASSELVI). Tutora a distância (UFAM). Tutor-presencial Faculdade Anhanguera. marcefroes@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1495432952116538>.

MARILUCE PAES DE SOUZA - Doutora em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Engenharia de Produção (UFSC). Administradora (UFRO). Docente da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). <http://lattes.cnpq.br/6930021151410221>.

MAURO MAURÍCIO BARBOSA LUCAS - Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). mauricio_barbosa15@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/0341557386153959>.

MICHELE LINS ARACATY E SILVA - Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista. Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>.

NERINE LÚCIA ALVES DE CARVALHO - Mestra em Engenharia de Produção (UFAM). Graduada em Processamento de Dados (UFAM). Analista de Tecnologia da Informação (PROTEC/UFAM). nerinebotelho@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/6631204639385569>.

NÚBIA GONZAGA - Mestranda do Programa Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/NIDES/UFRJ). Economista. <http://lattes.cnpq.br/4052628022042108>.

OSMAR SIENA - Doutor em Engenharia de Produção e Mestre em Administração (UFSC). Graduado em Física (UEL). É docente da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). <http://lattes.cnpq.br/5424632182909652>.

RAUL AFONSO POMMER BARBOSA – Mestrando em em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-Graduado em MBA Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-Graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Rondônia (FARO). Pós-Graduando em MBA Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). <http://lattes.cnpq.br/9136549262197723>

RUTE HOLANDA LOPES - Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia (UFAM). Mestra em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (CIESA). Docente do ICET (UFAM). rutehlopes@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3678444694216259>.

RWRSILANY SILVA – mestranda em Administração (UFRO). Especialista em Metodologia do Ensino Superior (Faculdade Porto Velho). Especialista em Contabilidade

Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal (UCAM). Docente do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). <http://lattes.cnpq.br/8568891286300237>.

SAIANE BARROS DE SOUZA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Administradora (Faculdades Integradas de Cacao). Docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia. <http://lattes.cnpq.br/5775822635702935>.

SIDNEY LIANZA - Doutor em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Mestre em Engenharia de Produção (COPPE/RJ). Graduado em Engenharia Civil (Instituto Mauá de Tecnologia). Docente da UFRJ. <http://lattes.cnpq.br/7158503469311571>.

SUELÂNIA CRISTINA DE FIGUEIREDO ALBUQUERQUE - Doutora em Ciências da Educação (Nihon Gakko). Mestrado em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista (URCA). Docente da FAMETRO e da FST. suefi@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1306989016980637>

TAISA VANESSA DE SOUSA COLARES - Bacharela em Ciências Econômicas (UFAM); taisa.vanessa@hotmail.com.

TASSIO FRANCHI - Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB). Mestre em História Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP. Graduado em História (UEL). Docente da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) <http://lattes.cnpq.br/1943886460410008>.

THELMA JAKLINY MARTINS ARRUDA - Mestranda em Administração (PPGMAD /UNIR). Especialização MBA em Gestão de Pessoas pela Faculdade da Amazônia FAAM /Gama Filho/ I DAAM. Administradora (UFAM). Funcionária da SUFRAMA. <http://lattes.cnpq.br/4853729694712564>.

THEÓPHILO ALVES DE SOUZA - Doutor em Ciências Socioambientais (UFPA). Mestre em Administração (UFSC). Administrador (Machenzie/RJ). Docente do Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (CEDSA). <http://lattes.cnpq.br/1186096515283683>.

THIAGO JOSÉ SAMPAIO KAISER – Mestre em Tecnologia Nuclear pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Graduado em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (FACIMED. Graduado em Desenvolvimento de Sistemas de Informação (UNESC). E-mail: thiagokaiser@outlook.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3024397424985510>.

TIAGO SAMPAIO BRITO - Mestrando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM). Bacharel em Ciências Econômicas (UFAM). tiagoobrito@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/8837129036478002>.

WILLIAN CARNEIRO TAVARES - Acadêmico do Curso de Administração (UFAM).
Atua no Sinetram. <http://lattes.cnpq.br/4829554394186550>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-249-4

